

EM NOME DE DEUS

Sandra Alves da SILVA (SEED – Pr)

Introdução

Durante milênios a Palavra de Deus, expressa na Bíblia por profetas, mártires e discípulos, tem regulado a vida humana. A ideologia maniqueísta do bem e do mal define e determina o sujeito, que, iludido pela idéia de livre arbítrio, acaba por assujeitar-se. Assim, “submetendo o sujeito, mas ao mesmo tempo apresentando-o como livre e responsável, o assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade” (ORLANDI, 2001, p. 51). O homem acredita que é livre para obedecer ou não a Deus, acredita ser autônomo, acredita que pode escolher entre estar contra ou a favor de Deus, acredita ser possível ser completo e absoluto como Ele.

Como o sujeito é bipartido, não sabe verdadeiramente o que diz, é o interdiscurso religioso que define e sustenta seu discurso de fé, permeado de expressões como ‘se Deus quiser’, ‘Deus escreve certo por linhas tortas’, ‘se Deus é por nós, quem será contra nós?’, mostrando, ao mesmo tempo, familiaridade com o dizer religioso e sua dependência do Divino.

O objetivo do presente trabalho é, sob a luz da análise do discurso religioso, analisar dois textos do primeiro livro de Samuel, o último e o maior dos juízes de Israel, o primeiro em 1Sm 8; 10, 17-27 e o segundo em 1Sm 9, 1-10, 16; 11, procurando compreender a forma como se manifesta a ideologia no discurso bíblico, especialmente em relação ao princípio da reversibilidade. As duas versões falam sobre a rejeição ao antigo sistema tribal e a instauração da monarquia, a primeira mostrando-se hostil ao novo regime e a segunda, favorável.

Segundo Orlandi (1996), para se estudar o uso da linguagem faz-se necessário estabelecer uma tipologia, pois, de acordo com o tipo de discursos que se vai analisar é que se determinam os objetivos e se tornam adequados os exemplos de linguagem. Nesse sentido, a autora distingue três tipos de discurso: o lúdico, o polêmico e o autoritário. Para fazer essa distinção, considera o grau de interação e polissemia presente em cada discurso.

O grau de polissemia de um discurso é estabelecido de acordo com a relação dos interlocutores com o objeto, que pode ser de exposição, de dominação ou de disputa, numa atitude de deslocamento e de rompimento com os processos de significação.

A interação diz respeito à forma como os interlocutores se percebem, à perspectiva que um tem em relação ao outro. É na interação que se constitui o caráter de reversibilidade, que “é o que determina a dinâmica da interlocução: segundo o grau de reversibilidade haverá uma maior ou menor troca de papéis entre locutor e ouvinte, no discurso” (ORLANDI, 1996, p. 154). É a reversibilidade, isto é, a troca de estatuto jurídico entre os interlocutores, uma das principais condições para que um discurso se constitua como tal.

Essa afirmação leva-nos a acreditar que em todo discurso as noções de reversibilidade e polissemia estão presentes, o que é um engano, pois, no discurso religioso, inserido no discurso autoritário, “a reversibilidade tende a zero, estando o objeto do discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a

polissemia contida” (ORLANDI, 1996, p. 154). Porém, para evitar o comprometimento do domínio do discurso e o dismantelamento da relação e do contato, o discurso religioso-autoritário é sustentado pela ilusão da reversibilidade.

É a idéia ilusória de que é possível haver reversibilidade entre os sujeitos no discurso religioso que permite a existência do sentido no discurso e a frutificação da noção de autonomia diante da determinação do real, pois, o discurso só é constituído pela existência do sujeito e este só existe pela ideologia, que tem a função de “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2001, p. 46).

Para Orlandi,

a forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento (2001, p. 50).

No caso do discurso religioso, a ideologia se constrói sobre essa contradição de uma forma mais explícita do que nos outros tipos: o sujeito tem o livre arbítrio, mas, ao mesmo tempo, é coagido pela fé a ‘percorrer os caminhos do Senhor’, sob pena de ser castigado e perder a possibilidade de ser salvo. Há, portanto, nesse tipo de discurso, uma relação entre o Sujeito, que é Deus, que nomeia, que submete, e os sujeitos, que são os homens, nomeados e submissos ao Sujeito. Aqui, a voz que fala é a do próprio Deus, através de Seus representantes legítimos: padres, pastores, profetas, etc.

Há, no discurso religioso, um desnível na relação locutor-ouvinte, pois, o locutor-Sujeito, que é Deus, está no plano espiritual, hierarquicamente superior, já que imortal, onipotente e onipresente, e o ouvinte-sujeito está no plano temporal e, como homem, pode morrer e é passível de erro. Assim, a reversibilidade torna-se impossível, pois, o ouvinte não pode ocupar o lugar do locutor, já que são infinitamente contrários e ocupam lugares rigidamente fixos. O homem não pode ser Deus, não pode ocupar o lugar próprio de Deus, não se altera, portanto, o estatuto jurídico dos interlocutores, mantendo-se, assim, a dissimetria na relação locutor-ouvinte.

Como não há reversibilidade,

é preciso que os homens, para serem ouvidos por Deus, se submetam às regras: eles devem ser bons, puros, devem ter mérito, ter fé, etc. É preciso, pois, que eles assumam a relação da dualidade, a relação com o Sujeito diante do qual a alma religiosa se define: esses sujeitos, para serem ouvidos, assumem as qualidades do espírito, qualidades do homem que tem fé (ORLANDI, 1996, p. 247).

Essa necessidade de submissão às regras impostas pelo Sujeito-locutor poderá ser claramente observada nos textos bíblicos que serão analisados adiante, pois, exatamente por perder a fé em Deus e em seus representantes, os juízes, o povo foi castigado com a divisão dos reinos e o exílio e, pior do que tudo, deixou de ser ouvido por Deus.

Segundo Orlandi (1996), há duas formas de a ilusão da reversibilidade se manifestar. A primeira acontece de cima para baixo: Deus vem até nós, os homens, e partilha Seu caráter divino (a autoridade enunciativa concedida aos representantes

religiosos). A segunda se dá quando o homem vai até Deus e adquire suas qualidades místicas, como é o caso dos profetas e videntes. Porém, independente da forma como ocorre essa ilusão, “trata-se sempre de uma ilusão produzida e mantida dentro de regras, e confirmando, em última instância, a dissimetria dos planos em que se constitui” (ORLANDI, 1996, p. 252).

O homem se ilude com a possibilidade de ser o Sujeito na relação com Deus porque precisa da ilusão de se sentir no poder, de ter poder absoluto, de ser completo, divino. A história bíblica nos mostra, no entanto, que essa troca de papéis, legítima em outras manifestações discursivas, adquire aqui um caráter de transgressão, pecado, heresia e, inevitavelmente, acarretará castigos: infortúnios, morte, rompimento da comunicação. Exemplos não faltam: a expulsão de Adão e Eva do Paraíso, a Torre de Babel, o dilúvio, o exílio na Babilônia. A transgressão só será perdoada no momento em que o homem reassumir seu papel de ouvinte, de assujeitado.

1- Transgressão e castigo: a quebra da aliança

1.1- A delimitação das condições de produção

Para se definir as condições de produção dos textos analisados é preciso entender que os dois livros de Samuel fazem parte de um conjunto chamado de Livros Históricos. Nesses livros há, além de um registro narrativo da história de Israel e do judaísmo, compreendendo a época que vai da conquista de Canaã até quase o Novo Testamento, interpretações que, baseadas na fé, colocam-se a serviço do entendimento de situações e problemas específicos daquele povo.

Os Livros Históricos podem ser divididos em quatro grupos: **1º- Josué, Juízes, 1 e 2 Samuel e 1 e 2 Reis**, contam a história do povo de Deus da chegada à Terra Prometida (século XIII a.C.) até o momento do exílio na Babilônia (586 a 538 a.C.); **2º- 1 e 2 Crônicas, Esdras e Neemias**, falam de fatos ocorridos depois do exílio babilônico até mais ou menos metade do século III a.C.; **3º- Rute, Tobias, Judite e Ester**, narrativas de exemplos de vida e fé; **4º- 1 e 2 Macabeus**, relatam a resistência de um determinado grupo de judeus à dominação externa.

Como o objeto da presente análise está contido em 1 Samuel, ater-nos-emos ao primeiro grupo de livros, que, influenciados pelos temas e pelo estilo do Deuteronômio (Segunda Lei), e percebemos aí a presença forte da intertextualidade do discurso religioso, tiveram duas redações. A primeira versão, feita entre os anos 622 e 609 a.C., no tempo de Josias, 16º rei de Judá, que ficou 31 anos no poder, segundo 2 Reis 22, 1, foi usada para justificar e fundamentar as reformas político-religiosas feitas pelo rei, formuladas a partir do núcleo antigo do livro do Deuteronômio, descoberto no Templo. A segunda versão foi escrita ainda na época do exílio na Babilônia, aproximadamente em 561 a.C. Foi redigida pelos representantes do povo hebreu que ficaram no país depois da segunda deportação dos líderes para a Babilônia e teve como pretensão explicar ao povo que ficou os motivos que causaram tal situação e o que deveria fazer para reverter o que havia acontecido e voltar a ser agraciado pelas bênçãos de Deus.

Nitidamente permeados pela ideologia contida no livro do Deuteronômio, que tinha como base a relação bilateral pecado/castigo – conversão/grança, os autores

procuraram mostrar ao povo que foi seu distanciamento dos planos de Deus, durante o regime monárquico, que provocou a decadência nacional e o domínio externo, mostrando “o quadro geral de um determinado período da história [*no caso de 1 e 2 Samuel, o período compreendido entre 1040 e 971 a.C.*], que é de importância para o próprio povo” e, ao mesmo tempo, imprimindo “a esta exposição um sentido religioso” (SELLIN; FOHRER, 1978, p. 195), interpretando os acontecimentos a partir da fé.

Os dois livros de Samuel relatam os acontecimentos situados no momento da transição da teocracia para a monarquia. Começam com o relato da juventude de Samuel, último juiz e primeiro profeta, e do término do tempo dos Juízes e, conseqüentemente, do regime tribal que eles sustentavam, e seguem pelo estabelecimento da monarquia em Israel, sob o reinado de Saul e de Davi.

Não é possível precisar quem escreveu esses livros. Apesar de em 2Crônicas 29, 29 afirmar a co-autoria de Samuel, Natã e Gad (“A história do rei Davi, do começo ao fim, está escrita na história do vidente Samuel, na história do profeta Natã e do vidente Gad”), sabe-se que o autor não poderia ter sido Samuel, pois os livros falam de sua morte e de muitos acontecimentos posteriores. O mais provável é que os livros tenham sido escritos após a morte do rei Salomão e da divisão do reino em Israel (Reino do Norte) e em Judá (Reino do Sul), já no período do exílio na Babilônia, juntamente com a segunda versão do primeiro grupo dos Livros Históricos.

1.2- A quebra da Aliança: o povo pede um rei

Em 1Sm 8; 10, 17-27 os autores colocam Samuel como aquele que simboliza a fidelidade a Deus dentro do novo sistema que se apresenta ao povo de Israel e ao fazer isso, confirmam a autoridade enunciativa do profeta: ele pode falar em nome de Deus. Percebe-se aí a força da ilusão da possibilidade de reversibilidade na relação Sujeito (Deus) – sujeitos (homens): Samuel pensa que fala, mas, ao contrário, é a voz de Deus que se fala nele.

Nesse texto encontramos uma versão contrária ao estabelecimento da monarquia. Essa versão foi produzida, muito provavelmente, por autores das tribos do Norte (Israel) e representa uma visão mais democrática das relações de poder, pois, por viverem em terras mais produtivas, ainda acreditavam fortemente na predileção de Deus por aquele povo e entendiam que o afastamento de Javé acarretaria muitas desgraças.

O povo pede ao juiz Samuel um rei: “... escolha para nós um rei, para que ele nos governe, como acontece em todas as nações” (1Sm 8, 5b). O povo não quer mais ser governado por Deus, através de seus representantes, os juízes, quer, antes sim, ser governado por um rei humano: o sujeito quer romper a dissimetria, pois, ao pedir um rei humano como ele, torna-se possível a troca de papéis, já que os dois pertencem ao mesmo plano temporal.

Então, pedir um rei é romper com a ilusão do poder co-participado (Deus e os homens governam juntos) para instituir a ilusão do poder total e centralizado (os homens governam sozinhos a si próprios).

Ao ser interpelado pelo povo, “... Samuel **invocou** a Javé. E Javé disse a Samuel: ‘**Atenda** à voz do povo em tudo o que eles pedirem, pois não é a você que eles estão rejeitando, mas a mim; não querem mais que eu reine sobre eles’” (1Sm 8, 6b-7). Ao **invocar** o Senhor, Samuel confirma a dissimetria que compõe a relação discursiva

Deus-homem, pois o homem **invoca**, enquanto Deus **fala** e ordena que ele **atenda** ao pedido do povo, mostrando “que o poder da palavra está bem distribuído e regulado na relação entre o homem e Deus” (ORLANDI, 1996, p. 252).

A idéia de transgressão também está presente nesse trecho de 1Samuel, aí concretizada pela rejeição de Deus pelos homens: “não querem mais que eu reine sobre eles”. No maniqueísmo do discurso religioso, ou se está a favor de Deus ou se está contra Ele, não há meio termo: o homem tenta ocupar um lugar (que é de Deus) que não pode ser ocupado, tenta atingir o poder absoluto.

Samuel é o representante legítimo de Deus, é aquele que transmite Suas palavras (“Samuel **transmitiu** todas as palavras de Javé ao povo que lhe pedia um rei” 1Sm 8, 10), mas, em nenhum momento, pode ser confundido com Ele. O último juiz diz ao povo, de acordo com o que ouvira de Deus, vem daí o peso de verdade do que diz, os direitos que um possível rei teria sobre ele: **convocar** os filhos para lhe servirem, **nomear** chefes, **obrigar** a arar a terra, **convocar** as mulheres para o trabalho, **tomar** os campos, **pegar** a décima parte das plantações, **tomar** os melhores servos e animais, **cobrar** tributos, **transformar** o povo em escravo.

Ora, muitos desses direitos, aqui tomados como desvantagens do sistema monárquico e atos autoritários, como demonstram os verbos utilizados (convocar, nomear, obrigar, tomar, pegar, cobrar, transformar), são direitos que seriam usurpados do próprio Deus: oferendas e sacrifícios dentre o que há de melhor na produção (“A tropa deixou com vida as melhores ovelhas e vacas para oferecer em sacrifício a Javé seu Deus” 1Sm 15, 15b); convocação dos filhos para servirem a Ele (“Deus disse: ‘Tome seu filho, o seu único filho Isaac, a quem você ama, vá à terra de Moriá e ofereça-o em holocausto, sobre uma montanha que eu vou lhe mostrar’” Gn 22, 2); a obrigação de arar a terra (“Javé Deus disse para o homem: ‘Já que você deu ouvidos à sua mulher e comeu da árvore cujo fruto eu lhe tinha proibido comer, maldita seja a terra por sua causa. Enquanto você viver, você dela se alimentará com fadiga’” Gn 3, 17); a obrigatoriedade do oferecimento de tributos (“Honre a Javé com as suas riquezas e com os primeiros frutos de todas as suas colheitas. Desse modo, seus celeiros estarão cheios de trigo, e seus tonéis transbordarão de vinho novo” Pr 3, 9-10).

É a vontade do poder absoluto que faz com que os sujeitos-homens, iludidos pela idéia da reversibilidade, tentem ocupar, ilegitimamente, o lugar do Sujeito-Deus. Como aponta Orlandi, “a relação com o sagrado revela, entre outros fatores, a relação do homem com o poder, no caso, com o *poder absoluto*, a ilusão da reversibilidade toma apoio na *vontade de poder*” (1996, p. 253).

Pode-se perceber, ainda, nesse trecho do primeiro livro de Samuel, a presença forte de representações de antíteses entre o plano temporal e o plano espiritual: se o rei, que é humano, tem todas essas limitações, Deus, que é divino, não as tem. Então, podemos concluir que, se o rei escraviza, Deus liberta; se o rei toma, Deus dá; se o rei convoca, Deus convida.

No capítulo 10, versículo 17 a 27, ocorre a escolha do rei, como o povo havia pedido, dando-se aí um mascaramento do poder coercitivo de Deus, pois o povo não tem o direito de decidir quem será seu governante, é o acaso quem faz isso, já que Samuel, o representante direto de Deus, faz um sorteio entre as tribos para saber de qual viria o rei e outro pra determinar o clã e dentro do clã, o escolhido (cf 1Sm, 10, 20-21).

Tal atitude de Javé, por intermédio do profeta Samuel, reafirma a impossibilidade da troca de papéis na constituição do discurso religioso. Ao escolher o rei (“Samuel disse a todo o povo: ‘Estão vendo quem Javé escolheu? Não há, entre todo

o povo, ninguém igual a ele” 1Sm, 24a), Deus retoma Seu lugar no discurso, um lugar que sempre foi Dele e que nunca deixará de ser.

Percebe-se, portanto, nessa versão organizada pelas Tribos do Norte, a forte presença da ilusão de ser possível haver reversão nas posições discursivas no discurso religioso e isso se dá porque somente assim o sujeito humano poderá ser controlado e a relação entre os interlocutores se constituir.

1.3- O rei é a garantia da liberdade

A segunda versão da instauração da monarquia em Israel está em 1Sm 9, 1-10, 16; 11 e foi produzida por representantes das Tribos do Sul (Judá). Essas tribos viviam em terras menos produtivas que as do Norte e, portanto, sentiam uma maior necessidade da presença de um líder entre eles já que não se viam como um povo completamente agraciado por Deus.

Nessa versão, a iniciativa de instituir um poder central em Israel não vem do povo (ouvinte), mas sim do próprio Deus (locutor). É Javé quem atribui o dom da realeza a Saul, filho de Cis, da tribo de Benjamim. A ele é outorgada a autoridade de dominar o povo escolhido, como podemos comprovar em 1Sm 9, 16: “Amanhã, nesta mesma hora, vou mandar a você um homem da terra de Benjamim. Você o ungirá como chefe do meu povo Israel, e ele libertará o povo do poder filisteu, porque eu vi a miséria do meu povo, e o seu clamor chegou até junto de mim”.

Todas as falas de Samuel e as ações atribuídas a Saul são advindas da inspiração divina, que regula e permeia todo o discurso dos dois representantes de Javé em Israel. No caso do rei, a ilusão da reversibilidade acontece de cima para baixo: Deus “partilha” com Saul Sua divindade, ele será Seu braço e Sua voz no processo de libertação do povo.

Aqui não acontece a quebra da Aliança que Israel fez com Javé, pois, instituindo um rei do Seu agrado, Deus continua no poder como nos tempos dos juízes e, por conseguinte, não precisa abandonar nem castigar o povo por qualquer motivo.

O texto começa relatando brevemente a ascendência de Saul e já nesse momento faz um elogio a ele dizendo que era um “jovem de boa aparência. Era um israelita imponente: os outros lhe chegavam apenas até os ombros” (1Sm 9, 2). Tal adjetivação também ocorre na primeira versão, só que quase no final (1Sm 10, 23) e não revela, naquele momento, qualquer importância em relação à personalidade do novo rei, o que não acontece nesse segundo texto, pois aqui, elogiar Saul equivale a confirmar a infalibilidade da escolha de Deus e lá, seria negar todos os problemas relacionados à monarquia citados pelo profeta Samuel.

Em seguida, Saul é mostrado como um filho obediente e preocupado com o pai e, além disso, confia plenamente nos desígnios de Deus e em Seus representantes, conforme relata 1Sm 9, 3-10, diferentemente da primeira versão analisada, que caracterizava negativamente a figura do rei.

No capítulo 11, confirma-se que a escolha feita por Deus foi a mais acertada. Saul, ao tomar conhecimento que os amonitas haviam invadido uma localidade próxima à sua, foi tomado pelo espírito de Javé e, enfurecido, reuniu os soldados e marchou contra os inimigos, dizimando-os todos.

Podemos dizer que, ilusoriamente, Saul ultrapassou o limite que separa o plano espiritual, ocupado por Deus, do plano temporal, ocupado pelo homem. No momento em que “o espírito de Javé tomou conta dele” (1Sm 11, 6a), Saul estabelece uma relação de baixo para cima, ele chega até Deus. Como foi dito anteriormente, Orlandi entende que,

o caso em que o homem é que vai até Deus, e assim alcança suas qualidades atemporais (onipotência, onipresença, eternidade, onisciência, etc.), é o da profecia, da visão, do misticismo. É a partilha do movimento de baixo para cima: aí estão o profeta, o vidente, o místico (1996, p. 251).

Logo depois da consumação da batalha ganha por Saul e da ilusória concretização da reversibilidade Sujeito-sujeito (tanto o povo quanto o próprio Saul pensam que o rei possui o poder de Deus), o poder volta para o lugar de onde nunca saiu verdadeiramente: “Saul, porém, disse: ‘Hoje ninguém deverá ser morto, porque neste dia Javé salvou Israel’” (1Sm 11, 13).

As duas versões, inseridas em um mesmo livro, mostraram ao povo que estava em Israel durante o exílio na Babilônia que, apesar da monarquia representar algo extremamente negativo, fora um mal necessário para o desenvolvimento da nação e reafirmaram que o poder vem de Deus e somente a Ele pertence, ficando impossibilitado ao homem trocar de estatuto jurídico na relação homem-Deus. Além disso, ao analisá-las confirmamos a inexistência da reversibilidade no discurso religioso, sendo possível apenas a sua ilusão.

2- Considerações finais

Todo discurso, seja ele de que tipo for, é constituído a partir de uma ideologia e o discurso religioso não sai ileso disso, o que foi possível observar na análise feita nos dois textos do Primeiro Livro de Samuel. Essa ideologia manifesta-se em todo e qualquer discurso religioso, tenha sido ele concretizado há três mil anos, na época do Antigo Testamento, na missa ou culto da semana passada ou em um terreiro de umbanda.

Em todas as manifestações religiosas a assimetria entre os planos que ocupam os sujeitos do discurso é marcante e sua ideologia é mantida porque os ouvintes vivem na ilusão da reversibilidade, já que a possibilidade de troca de estatuto jurídico entre locutor e ouvinte é condição essencial para a constituição do discurso.

Nos textos analisados, essa ilusão foi uma constante, tanto em uma versão quanto na outra, a diferença é que na segunda essa reversibilidade revelou-se mais próxima da concretização, pois ali o lugar de onde falavam os autores permitiu isso, já que pertenciam a um grupo que seria beneficiado pela monarquia (a tribo de Benjamim, de onde veio Saul, ficava no Sul), apesar de tal não acontecer verdadeiramente.

Por fim, pudemos perceber que o discurso bíblico, assim como qualquer outro discurso, não é neutro ou inocente, vem, antes sim, carregado de articulações que envolvem o real e o ilusório, o temporal e o espiritual, o divino e o humano, produzindo sentidos e concretizando-se nos efeitos provocados nos sujeitos que dele participam.

Referências

- Bíblia Sagrada.** São Paulo: Paulinas, 1990.
- ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 4. ed., 1996.
- _____. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 3. ed., 2001.
- SELLIN, E. e FOHRER, G. **Introdução ao Antigo Testamento, Livros Históricos e códigos legais.** Nova coleção bíblica (NCB) – vol. 1. São Paulo: Paulinas, 1978.